

AJ 12503

# Governo quer alterar lei que criou a Ceterpo

O governador Gérson Camata encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de lei dando nova redação ao Artigo 12 da lei que criou a Companhia de Exploração da Terceira Ponte (Ceterpo), na parte que estabelece a obrigatoriedade de todos os funcionários da empresa serem servidores do Estado colocados à sua disposição sem onerar as verbas de investimentos e a receita proveniente da cobrança de pedágio.

O projeto de lei do governador acresce um parágrafo estabelecendo que os servidores colocados à disposição da Ceterpo poderão receber um adicional correspondente à diferença dos padrões de vencimentos entre os cargos exercidos na função de origem e os que vierem a exercer na Ceterpo, de acordo com o plano de cargos e salários da empresa, aprovado pelo conselho de administração, depois de

ouvida a Junta Estadual de Política Salarial.

Outro parágrafo acrescido estabelece que os recursos financeiros necessários ao atendimento dessa modificação serão alocados pelo governo do Estado.

## JUSTIFICATIVA

Na mensagem com a qual o governador encaminhou o projeto de lei à Assembléia, Camata explica que nos termos da legislação em vigor, e levando-se em conta as peculiaridades dos serviços a serem exigidos, a Ceterpo não poderá deixar de atender às exigências da legislação trabalhista quanto ao pagamento de horas extras, salários para jornadas de trabalho noturno, adicional de salubridade, além de outros encargos decorrentes da especificidade da obra.

O governador afirma que todos esses aspectos foram cuidadosamente examinados pelo presidente da Ceterpo, João Luiz Tovar, que sugeriu como solução inadiável, com vistas ao bom desempenho dos trabalhos, a criação de um quadro de pessoal técnico e administrativo dotado de alta qualificação profissional.

“A obrigatoriedade imposta torna impossível a viabilidade da execução dos serviços, pois o recrutamento de pessoal com maiores responsabilidades e sobrecarga horária, sem compensação financeira, é humanamente impossível conseguir”, afirmou o governador, referindo-se a obrigatoriedade de todos os funcionários da Ceterpo pertencerem aos quadros do governo estadual e não provocarem despesas acessórias.